



# INICIATIVA AMAZÔNICA CONTRA A MALÁRIA

## PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO AJUDA A INTERROMPER A TRANSMISSÃO DA MALÁRIA NO BRASIL

Maio de 2016

A malária é uma doença potencialmente fatal que é transmitida pela picada de mosquitos. No Brasil, a malária é endêmica nos nove estados da Amazônia Legal. Evidências científicas demonstram que o desmatamento, a degradação ambiental e a migração associada a grandes projetos de infra-estrutura podem aumentar a incidência de malária.<sup>1</sup> Em 2005, o município de Porto Velho registrou mais de 45 mil casos de malária, sendo este o segundo maior número de casos relatados por qualquer município da região Amazônica naquele ano.

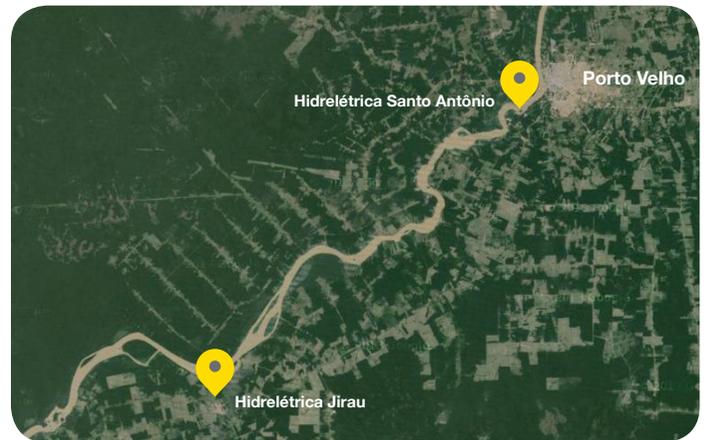
Em 2008 foi iniciada a construção das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau na região de Porto Velho. Em uma questão de meses, milhares de pessoas migraram ao distrito de Porto Velho e Jirau, a 120 km de distância da cidade, para atender a demanda por mão de obra durante a construção das usinas. Uma vez que a população local duplicou de tamanho, era inevitável o que a incidência de malária fosse aumentar.

Surpreendentemente, a incidência de malária em Porto Velho diminuiu nesse período, ao contrário do que era esperado tendo em vista à existência de vetores competentes, a degradação ambiental propícia para a transmissão da malária e um aumento significativo da população. O número de casos de malária caiu de 34.865 em 2006 para apenas 3.600 casos em 2015.

De 2006 a 2015, o Brasil tem implementado um marco regulatório que reúne o governo, o setor privado e a comunidade na luta contra a malária, exigindo de todos os grandes empreendimentos na Amazônia a avaliação e mitigação do seu impacto na transmissão da malária. Essas regulações têm surtido efeito observado após a construção de duas hidrelétricas no Rio Madeira nas proximidades de Porto Velho, Rondônia.



Foto: OPAS/OMS



Mapa: Google Earth

Regulações requerem grandes empreendimentos como as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau na Amazônia a ajudar a mitigar o risco de aumento na transmissão da malária nas áreas de influência. O mapa à direita mostra, em amarelo, a localização das hidrelétricas em relação à cidade de Porto Velho.

A razão por trás dessa redução se deve a uma portaria do Ministério da Saúde, publicada em dezembro de 2006,<sup>2</sup> em que as duas empresas responsáveis pela construção e a gestão das usinas hidrelétricas tiveram que fornecer ao município, como uma exigência para o licenciamento ambiental, um plano para o controle da malária em Porto Velho. As empresas foram obrigadas a reservar fundos para ajudar a mitigar a transmissão da malária nas comunidades próximas às usinas de Santo Antônio e Jirau. Essas duas empresas forneceram mais de R\$ 38 milhões<sup>3</sup> na forma de equipamentos, material didático, serviços e insumos, tais como testes de diagnóstico rápido e mosquiteiros tratados com inseticida de longa duração. Com os materiais e serviços do setor privado, tais como atividades educativas e a instalação dos mosquiteiros de casa em casa, a secretaria estadual e municipal de saúde puderam melhorar os programas de malária já existentes para reduzir a transmissão da doença.

Agentes de saúde foram capacitados em educação e comunicação para a malária e realizaram visitas em domicílio a todas as residências com o objetivo de educar a população sobre o risco da malária. Os agentes de saúde ressaltaram a importância do diagnóstico e tratamento precoce nas unidades públicas de saúde, bem como o uso adequado de mosquiteiros para a prevenção da malária. O projeto contou com a participação da população local na elaboração do material didático sobre a prevenção e tratamento da malária, como também em atividades implementadas em colaboração com o Ministério Pública. Além disso, foi criado um comitê interinstitucional para acompanhar todos os programas de saúde da iniciativa privada que tinham sido aprovados no processo de licenciamento ambiental. Assim, além de implementar intervenções para o diagnóstico, tratamento e controle de vetores da malária, os programas de saúde também abriram um espaço para colaborar com a comunidade e torná-la parte da solução.

A implementação de normas brasileiras que exigem que grandes empreendimentos na Amazônia contribuam para os esforços de controle da malária é considerada um recurso importante uma vez que apoiam o Ministério da Saúde na eliminação da malária. Neste caso, a implementação bem-sucedida de um marco regulatório que promove a participação ativa, envolvimento e liderança dos setores público e privado tem feito a diferença na limitação da propagação da malária, trazendo benefícios significativos para as comunidades afetadas pela doença.

Estabeleceram-se as normas com o objetivo de mitigar o aumento dos casos de malária. Porém, após a implantação eficaz de medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento que usaram comunicação e mobilização social, houve uma redução de 90% dos casos de malária quando comparados aos números registrados antes da construção das usinas hidrelétricas. Com isso, o município de Porto Velho reduziu sua qualificação quando ao risco de transmissão de malária de alto para baixo risco.

O Brasil ampliou seu marco regulatório para o controle da malária com a Portaria nº 001 do Ministério da Saúde publicada em 2014 e o Regulamento Interministerial nº 60, publicado em 2015. Agora a regulamentação envolve os ministérios da Saúde, Meio Ambiente, Minas e Energia, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Palmares. O caso das usinas de Santo Antônio e Jirau reforça o princípio de que o impacto na saúde humana deve ser considerado no início de grandes empreendimentos e ilustra como marcos regulatórios implementados de maneira eficaz podem envolver o setor privado na interrupção bem-sucedida da transmissão da malária.

**Contato no Brasil:** Assessoria de Comunicação - ASCOM, Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios Bloco G, Brasília-DF / CEP: 70058-900, Telefone: +55 61 3315-3580

**Figura 1: Redução de casos de malária em Porto Velho, Rondônia, Brasil**



A linha mostra o início da construção das hidrelétricas em 2008. Fontes: Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU), novembro de 2015 e Programa Nacional de Controle da Malária do Brasil, março de 2016.



O setor privado apoiou a instalação de mosquiteiros de casa em casa.

Foto: OPAS/OMS

1 Katsuragawa, TH, Gil, LHS, Tada, MS, and Silva, LHP. Dec. 2008. Endemias e epidemias na Amazônia. Malária e doenças emergentes em áreas ribeirinhas do Rio Madeira. Um caso de escola. *Estud Av* [online]. 22(64). [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40142008000300008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40142008000300008&script=sci_arttext). Acessado no dia 18 de novembro de 2015.

2 Em 29 de dezembro de 2006, a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde emitiu a Portaria Nº 47 como requerimento para obter o licenciamento ambiental na Amazônia Legal. A portaria estabelece a necessidade de verificar a incidência da malária, os seus fatores determinantes e fatores de mitigação nas áreas afetadas direta e indiretamente pelos grandes empreendimentos.

3 Rodvalho, S. 2014. O controle da malária nos grandes empreendimentos na Amazônia. Apresentação feita por parte da Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNM/DEVIT) à 14ª ExpoEpi, conferência realizada de 28 a 31 de outubro de 2014 em Brasília, Brasil.